



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO E GESTOR
"Respeito pela Vida"

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, 29 DE JANEIRO DE 2016

"Dispões sobre o ato que normatiza a redução de jornada de trabalho para os ocupantes do Grupo Especialistas, da área da saúde nos cargos de Cirurgião Dentista, Enfermeiro, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta, Assistente Social, Psicólogo, Nutricionista, Terapeuta Ocupacional e Farmacêutico para treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional".

O SECRETÁRIO DA SAÚDE E SANEAMENTO E O SECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO que, compete ao poder executivo, através da Secretaria da Saúde e Saneamento e Secretaria de Gestão Administrativa, expedir instruções para a boa execução do art. 42, parágrafos §1º e §2º e incisos I, II, III e IV, todos da Lei Municipal nº 3.428 de 04 de abril de 2012, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.798, de 21 de julho de 2015, conforme autoriza o inciso II, art. 82, da Lei Orgânica do Município de Balneário Camboriú.

CONSIDERANDO que, Treinamento é o processo sistemático de alterar o comportamento dos empregados na direção do alcance dos objetivos organizacionais. O treinamento está relacionado com as atuais habilidades e capacidades exigidas pelo cargo (CHIAVENATO, 2004);

CONSIDERANDO que, Desenvolvimento profissional é um processo de crescimento do indivíduo, e visa explorar seu potencial de aprendizagem (BOOG, 2001);

CONSIDERANDO que, Desenvolvimento pessoal é o processo que abarca os diversos conhecimentos, conceitos e técnicas relacionados ao desenvolvimento do potencial humano (ROBBINS, 2011);

CONSIDERANDO, a necessidade de padronização das atividades de treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional de que trata o art. 42, parágrafos §1º e §2º e incisos I, II, III e IV, todos da Lei Municipal nº 3.428 de 04 de abril de 2012, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.798, de 21 de julho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o direito de horas semanais para treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional, estabelecido no Art. 42, §2º, incisos I, II, III e IV, todos da Lei Municipal nº 3.428 de 04 de abril de 2012, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.798, de 21 de julho de 2015, para os ocupantes do Grupo Especialistas, da área da saúde nos cargos de Cirurgião Dentista, Enfermeiro, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta, Assistente Social, Psicólogo, Nutricionista, Terapeuta Ocupacional e Farmacêutico.

§ 1º: Esta concessão se dará com aval de seu Diretor de Departamento, de acordo com a necessidade da administração.

§ 2º: O servidor deverá protocolar seu pedido via protocolo eletrônico junto ao Recursos Humanos da Secretaria de Saúde e Saneamento, apresentando os documentos comprobatórios de inscrição e cronograma completo do curso ou treinamento.

§ 3º: O pedido deverá ser respondido em até 30 dias.

Art. 2º Considerar-se-á treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional, toda atividade de qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores, que caracterize um novo aprendizado e que contribua para o melhor desempenho da função pública que exerce perante a Secretaria de Saúde e Saneamento;

§ 1º: É de competência da Comissão de Educação Permanente da Secretaria da Saúde e Saneamento, decidir sobre a adequação dos pedidos à esta Instrução Normativa.

§ 2º: Enquanto não criada esta Comissão, fica delegada esta função aos Diretores de Divisão da área correspondente à função do servidor beneficiário.

Art. 3º O relatório com as atividades de treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional, de que tratam os incisos I, II, III e IV do §2º, do art. 42, da Lei Municipal nº 3.428 de 04 de abril de 2012, serão preenchidas mensalmente conforme formulário anexo, com assinatura de seu Diretor de Departamento, deverão ser entregues ao Recursos Humanos da Secretaria de Saúde e Saneamento;

§ 1º: Ao final, deverá ser entregue também o certificado de conclusão do curso ou treinamento, que deverá vir acompanhado da respectiva carga horária;

§ 2º: A não apresentação do formulário acarretará no desconto em folha de pagamento do total de horas não informado, em caráter irrevogável.

Art. 4º A comprovação das horas para treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional são obrigatórias, e de responsabilidade exclusiva do servidor, que deverá apresentar dos comprovantes das horas de treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional descritos no formulário (Anexo I).

Art. 5º A redução da jornada de trabalho prevista no do §2º, do art. 42, da Lei Municipal nº 3.428 de 04 de abril de 2012, operar-se-á da seguinte forma:

a) – Nos casos previstos no inciso I da referida Lei, os servidores deverão cumprir a jornada de trabalho mínima de 30 (trinta) horas semanais, através do registro de ponto biométrico.

b) – Nos casos previstos no inciso II da referida Lei, os servidores deverão cumprir a jornada de trabalho mínima de 22,5 (vinte e duas horas e meia) horas semanais, através do registro de ponto biométrico.

c) – Nos casos previstos no inciso III da referida Lei, os servidores deverão cumprir a jornada de trabalho mínima de 15 (quinze) horas semanais, através do registro de ponto biométrico.

d) – Nos casos previstos no inciso IV da referida Lei, os servidores deverão cumprir a jornada de trabalho mínima de 8 (oito) horas semanais, através do registro de ponto biométrico.

Parágrafo único: A redução deverá ser igual ao número de horas-aula das atividades de treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional efetivamente realizadas.

Art. 6º A qualquer momento, a Secretaria da Saúde e Saneamento poderá convocar o servidor para atividades de treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores.

Art. 7º Os beneficiados pela redução de carga horária prevista no Decreto Municipal nº 2.828, de 1º de janeiro de 1997, não poderão cumular redução de carga horária com base nesta Instrução Normativa.



Art. 8º Os casos omissos a essa Instrução Normativa serão resolvidos pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – CPCCR, disposto no art. 34 da Lei Municipal nº 3.428 de 04 de abril de 2012, em conjunto com a Secretaria da Saúde e Saneamento.

§ 1º: A Comissão terá o prazo de 10 (dez) dias para decisão, a contar do pedido da Secretaria da Saúde e Saneamento.

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.



ERONI FORESTI
Secretário Municipal da Saúde



PAULO MILTON DOS SANTOS JR
Secretário de Gestão Administrativa